

2ª f. 15/12 9h

RIO CORA HOTEL

Pum. Israel 370

## CONVITE

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2003

Prezado(a) amigo(a),

Em nome da FASE, venho convidar-lhe para o seminário sobre **CERTIFICAÇÃO FLORESTAL, MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL) e CRÉDITO DE CARBONO**, a ser realizado no dia 15 de dezembro, do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro.

A atualidade do debate sobre esses mecanismos econômicos e de mercado no momento parece-nos inegável. Cresceram e expandiram-se, nos últimos anos, as ações de resistência à expansão da monocultura de árvores (eucalipto) no sudeste. A Rede Alerta contra o Deserto Verde com suas 100 organizações locais e regionais, nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, tem se tornado protagonista, clamando por justiça social e ambiental. No curso dessas ações, as manifestações face aos processos de *certificação florestal* ganham destaque. O relatório-denúncia sobre o estudo de caso de empresas certificadas em Minas coordenadas por WRM, com a participação da FASE alcançou grande repercussão. Recentemente, em Minas Gerais, a consulta pública promovida pela certificadora do FSC – Forest Stewardship Council – para avaliação da empresa V&M, provocou protestos pela falta de transparência e concepção desterritorializada, pois segundo o relatório das ONGs locais, a certificadora se considera legitimada socialmente pelo fato do FSC ser formado por grandes organizações que atuam na esfera social, dando pouca atenção à necessidade de participação qualificada de todos os envolvidos da sociedade local.

Um dos objetos de posicionamento de várias organizações sociais sobre o FSC tem sido o Princípio 10 sobre “Plantações Florestais”. Algumas articulações como, por exemplo, a WRM (Movimento Mundial pelos Bosques Tropicais), organização convidada para o nosso seminário, defendem que o FSC deve revisar a certificação de plantações, excluindo ou modificando substancialmente este princípio, dada a insustentabilidade do modelo de monocultura de árvores. Permanece também a polêmica em torno da *certificação parcial* (não se certifica a empresa, mas a unidade de manejo florestal submetida pelo seu responsável à avaliação de um certificador credenciado pelo FSC) e da fixação de um ano zero – 1994- (data de aprovação daquele princípio) para a proibição de conversão de florestas naturais. Ambas as questões têm sido objeto de manifestação de entidades sócioambientais em razão de tais procedimentos representarem o risco da maquiagem verde.

Nas áreas de florestas nativas, a certificação florestal tem sido também alvo de críticas. O artigo de um de nossos convidados para o debate – Klemens Laschefski - afirma que o FSC apóia majoritariamente a exploração industrial dos remanescentes das florestas nativas. De um total de 1.180.651 milhões de ha. de áreas certificadas no Brasil atualmente, 70% abrangem plantações industriais e 30% das madeireiras nas florestas nativas. Somente 0,42% são dedicadas aos produtos não madeireiros (palmito e açaí) e menos de 0,09% ao manejo comunitário.

A FASE historicamente, ao participar da assembleia fundadora do FSC, no Canadá, integrar-se na câmara social do GT-FSC Brasil e hoje como associada, tem chamado atenção para as

novas possibilidades de inserção das questões sociais e ambientais no debate sobre as condicionalidades nas relações de mercado. Enfatizamos a importância da construção de critérios e princípios de certificação para os produtores familiares, extrativistas organizados em cooperativas e associações. Representando o pensamento da FASE, Jean Pierre Leroy, dizia em artigo de 1996, que queremos a democratização do mercado que passa pela possibilidade desses setores terem acesso e promoverem a certificação dos seus produtos de forma adaptada à sua realidade.

Sugerimos pois revisitar e atualizar nosso posicionamento sobre certificação florestal, à luz das novas dinâmicas sociais de resistência, em um contexto também no qual se anuncia (i) o apoio do governo Lula à expansão do setor da celulose; (ii) a adoção da estratégia das empresas de buscar outros mecanismos de certificação como CERFLOR, que não prevê possibilidade de controle social; (iii) a busca de crédito de carbono junto às instituições financeiras multilaterais, a exemplo do que fez recentemente a empresa Plantar em Minas Gerais.

Este é o nosso segundo tema de debate. A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas reunir-se-á em sua 9ª Conferência das Partes, em dezembro deste ano, para discutir *“definições e modalidades para a inclusão de florestamento e reflorestamento no art. 12 do Protocolo de Kioto”*.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo constituiu-se em um dos mecanismos de flexibilização proposto no Protocolo de Kioto que objetivou ajudar aos países do norte a reduzirem as suas emissões na atmosfera a um custo o mais baixo possível. O mecanismo é simples: em lugar de cortar as emissões de gases na origem, os países podem compensar as emissões implementando projetos no sul. Estes projetos relacionam-se com florestas, monoculturas de árvores que atuam como “sumidouros de carbono”.

O mercado de carbono pode significar um renovado impulso a expansão da monocultura de árvores ( pinus, eucalipto). A primeira iniciativa no Brasil foi o desastroso projeto da Peugeot, que pretendia converter 12.000 ha. de terras “degradadas” em monocultura no Mato Grosso. Pretendia capturar 180.000 ton, de carbono ao ano a um custo de US\$ 12 milhões. Na preparação da área para o plantio usou cerca de 5.000 litros do agrotóxico glifosato, provocando um desastre ecológico de enormes proporções. Recentemente, a empresa Plantar, com 280 mil ha. de terra, apresentou um projeto ao Fundo do Banco Mundial (Prototype Carbon Fund ), que está iniciando o “ mercado de carbono”. Segundo o projeto apresentado ao PCF a empresa teria direito aos créditos pelo fato do eucalipto plantado seqüestrar CO2 da atmosfera a longo prazo, além de que o uso de carvão vegetal como fonte de energia na siderurgia liberar menos CO2 do que o uso de carvão mineral, utilizado hoje pela maioria das siderúrgicas do mundo. A Rede Alerta contra o Deserto Verde enviou carta ao Banco Mundial protestando contra o pleito da Plantar.

Rubens Born, de Vitae Civilis, um de nossos convidados, levanta questões importantes para o debate em um de seus artigos: “A quem pertenceria um eventual crédito de emissão evitada de carbono em um projeto de MDL, uma vez que todos têm o dever de proteger o ambiente, minimizando seus impactos negativos? Se a legislação determina que a atmosfera e, portanto o carbono emitido para ele, é um bem comum, em que condições a sociedade poderia permitir a geração de benefícios privados sobre um bem público?”.

Recentemente, em documento dirigido à Ministra Marina Silva do Meio Ambiente, cerca de 28 entidades do Observatório do Clima, posicionaram-se da seguinte maneira: “*embora considerem que os esforços de remoção do carbono atmosférico – em contraposição aos de reduções de emissões, sejam provenientes de combustíveis fósseis ou desmatamento – tenham contribuição apenas marginal sobre o fenômeno das mudanças do clima, o Observatório do Clima acredita que o MDL pode ser um instrumento econômico importante para o desenvolvimento sustentável rural brasileiro por meio de projetos de florestamento e reflorestamento que demonstrem efetiva geração de renda e emprego, ou seja, projetos que contemplem um **carbono social**”.*

A proposta do seminário inclui o debate dessas questões polêmicas.

Nossos objetivos:

- criar um entendimento comum sobre os temas em foco;
- identificar possibilidades de ações conjuntas e desdobramentos do debate;

A agenda está assim prevista:

Dia 15 de dezembro –

9:00 – abertura e apresentação dos(as) participantes

9:30 às 10:30 – painel – *Certificação Florestal: críticas atuais e propostas*

Expositores: Marcelo Sampaio ( GTNA) e Ricardo Carrera ( WRM) ( a confirmar)

10:30 às 10:45 - intervalo

10:45 às 12:15 – debate

12:15 às 13:00 – conclusões

13:00 às 14:30 – almoço

Tarde

14:30 às 15:30- painel – *Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Crédito de carbono: posições a favor e contra na visão dos vários segmentos ( instituições financeiras multilaterais, governos, organizações da sociedade civil e empresas)*

Expositores: Rubens Born ( Vitae Civilis) e representante do Fórum Clima ( a confirmar)

15:30 às 16:30 – debate

16:30 às 16:45 – intervalo

16:45 às 17:45 – conclusões

Nos próximos dias serão enviadas informações relativas a passagens e local de hospedagem do seminário. Enviaremos também previamente textos de apoio ao debate.

Agradecemos a sua aquiescência ao nosso convite.

Atenciosamente,

Maria Emília L.Pacheco